

## Falta trabalho para 27,9 milhões de pessoas no País

Faltou trabalho para 27,929 milhões de pessoas no País no trimestre encerrado em fevereiro deste ano, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

A Pnad foi divulgada na última sexta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que a taxa composta de subutilização da força de trabalho passou de 23,9% no trimestre até novembro de 2018, para 24,6% no trimestre até fevereiro deste ano.

Esse contingente de pessoas subutilizadas é recorde na série da Pnad Contínua, iniciada em 2012. Para Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, o fato de o mercado de trabalho ter “quase 30 milhões” de pessoas subutilizadas é pior do que os 13 milhões de desempregados.

“Estamos nos aproximando de ter 30 milhões de pessoas subutilizadas, com quase 5 milhões de desalentados. Estamos perdendo o bônus demográfico”, afirmou Azeredo.

A taxa composta de subutilização da força de trabalho inclui a taxa de desocupação, a taxa de subocupação por insuficiência de horas e a taxa da força de trabalho potencial, pessoas que não estão em busca de emprego, mas que estariam disponíveis para trabalhar. No trimestre até fevereiro de 2018, a taxa de subutilização da força de trabalho estava mais baixa, em 24,2%.

### **Desalento**

O Brasil tinha 4,855 milhões de pessoas em situação de desalento no trimestre encerrado em fevereiro. O contingente manteve o nível recorde da série histórica do IBGE iniciada em 2012. Em um ano, 275 mil pessoas a mais caíram no desalento. Em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2018, o resultado significa 150 mil desalentados a mais.

# INFORME

A população desalentada é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idosa, ou não encontrou trabalho na localidade. Se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Os desalentados fazem parte da força de trabalho potencial.

Outros dados do IBGE mostram que a taxa de desocupação no Brasil ficou em 12,4%. Em igual período de 2018, a taxa de desemprego estava em 12,6%. No trimestre até janeiro de 2019, a taxa ficou em 12,0%.

Já a renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.285 no trimestre encerrado em fevereiro. O resultado representa alta de 0,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 205,416 bilhões no trimestre até fevereiro, alta de 2,0% ante igual período do ano anterior.

O contingente de trabalhadores ocupados com carteira assinada no setor privado ficou em 33,027 milhões de pessoas, 66 mil a mais do que no trimestre imediatamente anterior, terminado em novembro, mas uma queda de 99 mil trabalhadores ante um ano antes, sinalizando para o fechamento de vagas formais na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro de 2018.

Ao mesmo tempo, o contingente de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado aumentou em 367 mil pessoas na passagem do trimestre terminado em fevereiro do ano passado para o trimestre encerrado em fevereiro deste ano. Já na comparação com o trimestre terminado em novembro de 2018, o total de trabalhadores sem carteira no setor privado diminuiu em 561 mil pessoas, 4,8% a menos.

Além disso, um total de 644 mil indivíduos aderiram ao trabalho por conta própria no período de um ano. No trimestre encerrado em fevereiro de 2019, esse contingente atingiu soma de 23,779 milhões de pessoas. /**Estadão Conteúdo**

## Salário alto fora da CLT afeta arrecadação

As mudanças nas relações de trabalho, com o aumento do número de contratados como pessoa jurídica - prática chamada de pejetização -, viraram uma ameaça ao sistema de arrecadação da Previdência e podem comprometer os benefícios futuros da reforma em curso. Nos últimos anos, contribuintes com renda mais alta têm sido responsáveis por uma migração do emprego formal, com carteira assinada, para o regime de pessoa jurídica ou autônomo, onde se reduz - ou elimina - o recolhimento ao INSS.

# INFORME

Entre 1996 e 2017, o número de contribuintes com renda acima de sete salários mínimos caiu 25%, segundo estudo elaborado pelos economistas José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), e Juliana Damasceno de Sousa, pesquisadora do FGV Ibre. No período, aqueles com renda mais baixa, de até sete salários, cresceram 158%.

"Esse movimento quebrou um dos princípios básicos do regime brasileiro - o do subsídio cruzado -, no qual empregadores que pagam salários maiores financiam aqueles com menores benefícios", afirmam os autores do estudo. Na prática, isso significa arrecadação menor. Entre 2014 e 2018, a arrecadação líquida (corrigida pela inflação) caiu 8,39% diante de uma população que envelhece rapidamente.

Para Afonso, a transformação estrutural no mercado de trabalho tem sido ignorada no Brasil e nem sequer começou a ser discutida. "A reforma em curso é vital para colocar a economia nos trilhos, mas ela é voltada para o passado, ainda pensando num mercado no qual todas as pessoas trabalham com carteira assinada, horário fixo, no mesmo local." Isso já mudou no Brasil e vai mudar ainda mais com a nova economia compartilhada, com a automação e a digitalização, diz o economista.

No trabalho, intitulado "Previdência sem providência", os dois economistas mostram que essas transformações nas relações de trabalho são uma preocupação mundial, mas que têm se acelerado no Brasil por questões tributárias.

O País, diz Afonso, tem o custo mais alto do mundo para a contratação de assalariados, o que incentivou empregadores a contratar os mesmos trabalhadores como pessoa jurídica, dando início a chamada pejetização. "Nenhum país do mundo tem tanta firma individual quanto o Brasil. Nenhum país tem 1,2 empregado para cada proprietário de empresa."

O reflexo disso tem sido verificado na participação dos contribuintes na arrecadação total. Desde a Constituição de 1988, que criou o pacto social, a participação dos que recebem até três salários mínimos quadruplicou até 2017, de 21% para 82,1%. Já entre os que têm renda superior a 10 salários, a participação despencou de 31,5% para 2,4%.

## **Tributação**

O professor do Departamento de Economia da PUC/RIO José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, entende que esse é um problema para a Previdência resolver no futuro. Segundo ele, mesmo com a retomada da economia, o avanço da arrecadação será menor que no passado. "O aumento do emprego será via pessoa jurídica, que tem custo menor que o emprego com carteira assinada."

# INFORME

Uma saída, afirma, estará nas formas de tributação. "Hoje, da mesma forma que a cunha fiscal sobre o salário é alta, sobre o Imposto de Renda é baixa." Nesse sentido, a criação de tributos sobre dividendos do sócio de uma empresa pode ser uma boa alternativa, completa o professor da Coppead/UFRJ Carlos Heitor Campani.

Segundo ele, nos últimos anos, houve estímulo à pejetização, com uma carga tributária menor e a simplificação dos trâmites de abertura de empresas - vide o caso do micro empreendedor individual (MEI). "A minha faxineira, por exemplo, é PJ. É bom pra mim e bom para ela", afirma o professor.

## **De fora**

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnac) Contínua, compilados por Afonso e Juliana, mais da metade dos trabalhadores brasileiros estão fora do sistema pleno de proteção social. Os empregados com carteira assinada respondem por apenas 38,9% da força ocupada e os servidores públicos, 8,5%. Restam 52,6% de ocupados (sem considerar os desempregados) sem vínculo e sem proteção para o futuro.

"Se o Brasil já tem mais trabalhadores independentes do que com carteira, isto é, se os desprotegidos já superam aqueles cobertos pela previdência, o mundo do trabalho na era digital tornará ainda mais complexo repensar o padrão de financiamento e de organização da seguridade social", diz Afonso.

A opinião é compartilhada pelo economista do Insper Sergio Firpo. Para ele, as mudanças no mercado de trabalho vieram para ficar. "Caberá ao governo criar regras e incentivos para trazer o trabalhador para dentro do sistema previdenciário." Firpo afirma que boa parte do movimento de pejetização tem ocorrido com profissionais com maior qualificação, que abrem mão de contribuir para o INSS para ter uma renda maior. Nesse caso, eles fazem a própria poupança - ou não.

Para Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), negócios crescentes, como Uber e Airbnb, são exemplo da queda do número de contribuintes. "Eles são empregados de alguém, mas não têm proteção, não têm INSS, não tem FGTS. Esse tipo de emprego modifica a forma de arrecadação da Previdência." As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

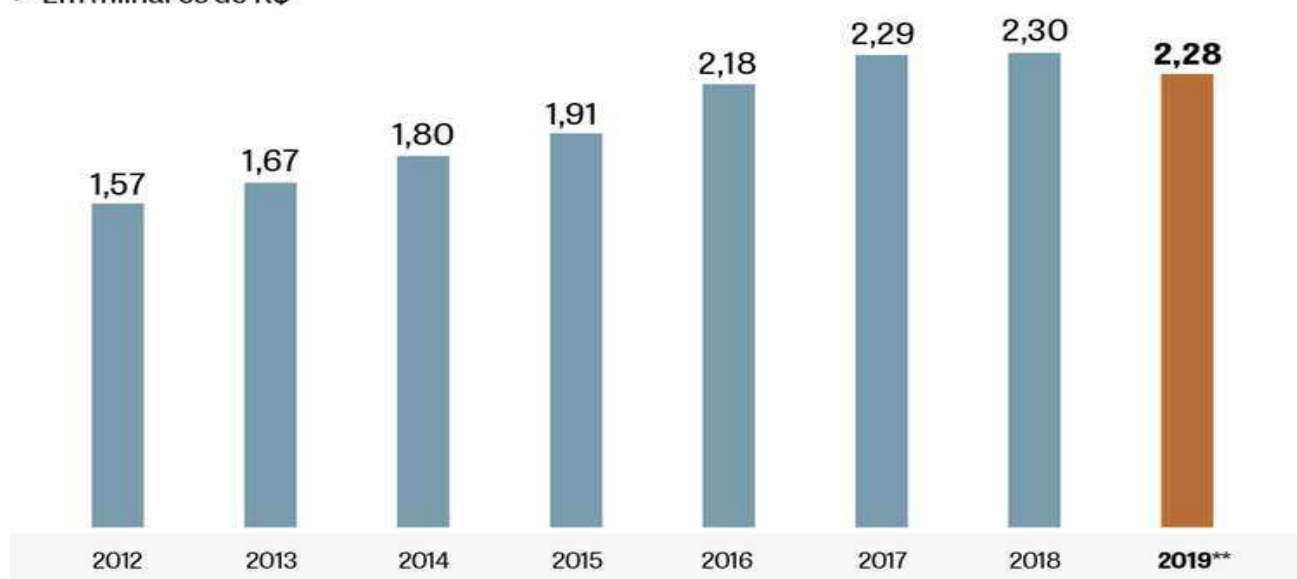
# INFORME

## Salário médio nos serviços é o menor em três anos

### DINHEIRO NA CONTA

Rendimento médio mensal dos trabalhadores do setor de serviços privados\*

► Em milhares de R\$



\*OS SERVIÇOS FINANCEIROS NÃO ESTÃO INCLUÍDOS \*\*MARÇO

FONTE: CNS

#### PAULA CRISTINA • SÃO PAULO

O salário médio dos empregados dos ramos de serviços privados ficou, ao final de fevereiro, em R\$ 2,28 mil mensais, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Serviços. O resultado é o menor desde 2016, quando a categoria tinha rendimentos médios de R\$ 2,17 mil.

Apesar da queda no salário médio, o segmento continua sendo motor importante do avanço do emprego no País. O indicador – que não inclui os serviços financeiros – aponta que, no segundo mês do ano, 27,1% do emprego com carteira assinada no Brasil vinha do setor. A administração pública tem 18,8% do total de postos de trabalho no País e educação e saúde respondem por 9,6%.

Segundo a pesquisa da Confederação, no quarto trimestre de 2018, o rendimento médio do trabalho no setor de serviços alcançou R\$ 2.607,13. Isso indica um aumento de 9,2% em termos reais em relação a 2012. “Os salários pagos nos serviços foram 16,1%

# INFORME

superiores ao da média da economia e 16,7% maiores que os da indústria de transformação”, detalhava o relatório.

Em fevereiro de 2019, o emprego em serviços privados não financeiros cresceu 2,3% em relação a fevereiro de 2018.

Entre os segmentos dos serviços privados, os de informação e os serviços prestados às empresas foram os responsáveis pela maior parte dos postos de trabalho abertos no ano (pouco mais de 220,7 mil). Os setores de serviços prestados às famílias também cresceram e ganharam 22,5 mil postos no acumulado de 2019.

Na outra ponta, os serviços de informação registraram taxa de crescimento de 3,9% no ano, com abertura de 34,3 mil postos de trabalho CLT.

## **Faturamento**

Em janeiro de 2019, o faturamento do setor de serviços cresceu 5,6% quando comparado a 2018. Em termos reais, a expansão foi de 2,1% em relação a janeiro do ano passado. Para tanto pesaram o desempenho dos serviços prestados às famílias (com aumento de 4,5%) e serviços de informação (expansão na casa dos 3,4%).

No ano, houve queda de faturamento real nos serviços profissionais, administrativos e complementares (-0,4%).

Em 2019, dois Estados do Norte apresentaram quedas de volume de vendas: Acre (-9,8%) e Amapá (-8,0%).

O desempenho da região Nordeste também foi relativamente ruim devido às retrações verificadas no Ceará (-4,6%) e no Piauí (-3,3%).

No Sudeste, o pior desempenho foi o Rio de Janeiro, com aumento de 3,0%. O faturamento real dos serviços na região cresceu 6,8% no Espírito Santo, 6,1% em Minas e 7,5% em São Paulo. No País, o setor responde por 12, milhões de empregos (47,2% do total).

(Fonte: DCI – 01/04/2019)

6